

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.213, DE 2000

(Apensos: PLs nºs 4.003, de 2001; 4.027, de 2001; 4.032, de 2001; 4.069, de 2001; 4.239, de 2001; 4.272, de 2001; 4.444, de 2001; 4.638, de 2001; 4.779, de 2001; 5.415, de 2001; 6.293, de 2002; 6.375, de 2002; 6.532, de 2002; 272, de 2003; 642, de 2003; 1.177, de 2003; 2.767, de 2003; 3.400, de 2004; 3.830, de 2004; 4.312, de 2004; 4.434, de 2004; 4.756, de 2005; 4.861, de 2005; 5.515, de 2005; de 5.523, de 2005; 1.339, de 2007; 1.766, de 2007; 4.333, de 2008; 5.991, de 2009; 6.168, de 2009; 6.701, de 2009; 7.120, de 2010; 7.302, de 2010; 180, de 2011; e 231, de 2011)

Acrescenta o art. 109-A à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Autor: Deputado BISPO RODRIGUES

Relator: Deputado CHICO LOPES

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.213, de 2000, de autoria do Deputado Bispo Rodrigues, intenta acrescentar o art. 109-A à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995”.

Na justificação, esclarece seu autor que “(...) *após a privatização das telecomunicações brasileiras, os assinantes de linhas telefônicas se vêem surpreendidos com contas absurdas referentes às ligações realizadas sem que possam tomar qualquer providência.* (...) Ante às reclamações realizadas, as companhias telefônicas têm, simplesmente, dito que as ligações foram realizadas (...) Assim, entendemos ser necessário obrigar as empresas prestadoras de serviços de telefonia, fixa ou móvel, a fornecer ao assinante uma conta detalhada com todas as ligações realizadas.”

O citado art. 109-A, que se pretende acrescer à Lei nº 9.472, de 1997, apresenta a seguinte redação:

Art. 109-A. “As empresas prestadoras de serviços de telefonia, fixa ou móvel, ficam obrigadas a fornecer ao consumidor extrato detalhado de todas as ligações feitas, inclusive as locais, fornecendo, no mínimo, os seguintes dados: a data e hora de realização da ligação, a sua duração, o número chamado, a cidade, estado ou país de destino e o respectivo custo.”

Em cumprimento ao disposto no art. 139, I, do Regimento Interno, a douta Presidência da Casa, por despacho, determinou a apensação à proposição em epígrafe dos Projetos de Lei nºs 4.003, de 2001, do Deputado Nelson Pellegrino; 4.027, de 2001, do Deputado Fernando Coruja; 4.032, de 2001, do Deputado Lincoln Portela; 4.069, de 2001, da Deputada Socorro Gomes; 4.239, de 2001, do Deputado Dr. Hélio; 4.272, de 2001, do Deputado Iédio Rosa; 4.444, de 2001, do Deputado Rubens Furlan; 4.638, de 2001, do Deputado João Herrmann Neto; 4.779, de 2001, do Deputado Couraci Sobrinho; 5.415, de 2001, do Deputado Pompeu de Matos; 6.293, de 2002, do Deputado Clementino Coelho; 6.375, de 2002, do Deputado Sérgio Navais; 6.532, de 2002, do Deputado Inácio Arruda; 272, de 2003, do Deputado Chico Alencar; 642, de 2003, do Deputado Elimar Máximo Damasceno; 1.177, de 2003, do Deputado Colbert Martins; 2.767, de 2003, do Deputado Milton Monti; 3.400, de 2004, do Deputado Ivan Valente; 3.830, de 2004, do Deputado Carlos Nader; 4.312, de 2004, do Deputado Carlos Nader; 4.434, de 2004, da Deputada Juíza Denise Frossard; 4.756, de 2005, do Deputado Almir Moura; 4.861, de 2005, do Deputado João Caldas; 5.515, de 2005, do Deputado Jorge Gomes; 55.23, de 2005, do Deputado Neuton Lima; 1.339, de 2007, do Deputado Uldurico Pinto; 1.766, de 2007, do Deputado Celso Russomanno; 4.333, de 2008, do Deputado Eliene Lima; 5.991, de 2009, da Deputada Perpétua Almeida; 6.168, de 2009, do Deputado Edmar Moreira; 6.701, de 2009, do Deputado Hermes Parcianello; 7.120, de 2010, do Deputado Colbert Martins; 7.302, do Deputado Júlio Delgado, 180, de 2011, do Deputado Weliton Prado; e 231, de 2011, do Deputado Sandes Júnior.

As proposições apensadas discutem, de modo geral, matéria análoga e conexa à da proposição principal, pois tratam da obrigação das empresas prestadoras de serviço de telefonia, fixa ou móvel, de fornecer aos seus usuários extratos detalhados de suas faturas telefônicas mensais, incluindo tarifas, preços, tributos, encargos, bloqueio de ligações e outras

informações. Algumas propõem alterações na atual legislação de regência do setor de telecomunicações; sobretudo a mencionada Lei 9.472, de 1997; outras propõem a edição de lei autônoma para regular a matéria, estabelecendo, inclusive, regras para empresas fornecedoras de serviços de banda larga.

As proposições em apreço foram, inicialmente, distribuídas à Comissão de Defesa do Consumidor, que concluiu pela aprovação dos Projetos de Lei nº 3.213/2000, principal, e dos Projetos de Lei nºs 4.003/2001, 4.027/2001, 4.032/2001, 4.069/2001, 4.239/2001, 4.272/2001, 4.444/2001, 4.638/2001, 4.779/2001, 5.415/2001, 6.293/2002, 6.375/2000, 6.352/2002, 272/2003, 642/2003, 1.177/2003, 2.767/2003, 3.400/2004, 3.830/2004, 4.312/2004, 4.434/2004, 4.756/2005, 4.861/2005, 5.515/2005 e 5.523/2005, apensados, com substitutivo, nos termos do parecer do relator, Deputado Luiz Bittencourt. O Deputado Luiz Ribeiro apresentou voto em separado.

Em seguida, foram encaminhadas à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que decidiu pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.213/2000, principal, e dos Projetos de Lei nºs 4.003/2001, 4.027/2001, 4.032/2001, 4.069/2001, 4.239/2001, 4.272/2001, 4.444/2001, 4.638/2001, 4.779/2001, 5.415/2001, 6.293/2002, 6.375/2002, 6.532/2002, 272/2003, 642/2003, 1.177/2003, 2.767/2003, 3.400/2004, 3.830/2004, 4.312/2004, 4.434/2004, 4.756/2005, 4.861/2005, 5.515/2005 e 5.523/2005 apensados, nos termos do parecer do relator, Deputado José Rocha.

Cabe, agora, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examinar a proposição principal, o substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor e as proposições apensadas quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a teor do que dispõe o art. 54, I, do Regimento Interno.

A matéria está submetida ao regime de tramitação ordinária e sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do que estabelece o art. 24, II, também do Regimento Interno.

Transcorrido o prazo regimental de cinco sessões, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Com respeito aos aspectos de competência deste Órgão Colegiado, verifica-se que o Projeto de Lei nº 3.213, de 2000, principal; os Projetos de Lei nºs 4.239/2001, 4.272/2001, 4.444/2001, 4.638/2001, 6.293/2001, 6.375/2001, 6.532/2002, 642/2003, 3.400/2004, 4.312/2004, 4.434/2004, 4.756/2005, 4.861/2005, 5.515/2005, 5.523/2005, 1.339/2007, 1.766/2007, 4.333/2008, 5.991/200, 6.168/2009, 6.701/2009, 7.120/2010, 7.302/2010, 180/2011 e 231/2011, apensados, bem como o substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, obedecem às normas constitucionais relativas à competência da União para legislar privativamente sobre telecomunicações (CF, art. 22, IV), à atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (CF, art. 48, *caput*), e à legitimidade da iniciativa parlamentar concorrente (CF, art. 61, *caput*).

Não vislumbramos, pois, nenhum vício de inconstitucionalidade, formal ou material, que possa macular as proposições acima referidas.

No entanto, não podemos dizer o mesmo em relação aos Projetos de Lei nºs 4.003/2001, 4.027/200, 4.032/2001, 4.069/2001, 4.779/2001, 5.415/2001, 272/2003, 1.177/2003, 3.830/2004, 7.120/2010 e 7.302/2010, apensados, pois seus textos abrigam comandos que contrariam preceitos da Constituição Federal.

Com efeito, as proposições acima mencionadas contêm dispositivos que conferem atribuições ao Ministério Público e ao Poder Executivo, em especial à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), para fiscalizar e impor penalidades às empresas prestadoras de serviço de telefonia fixa ou móvel, e de banda larga.

Ora bem, com relação a ANATEL, trata-se de autarquia especial, vinculada ao Ministério das Comunicações. Em se tratando, pois, de

entidade da Administração Federal Indireta, cabe ao Presidente da República a iniciativa privativa de projetos de lei que disponham sobre sua estrutura, funcionamento e atribuições, a teor do que determina o art. 61, § 1º, I, “e”, c/c o art. 84, VI, “a”, ambos da Constituição Federal.

Nesse contexto, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é iterativa no sentido de que, por tratar-se de evidente matéria de organização administrativa, a iniciativa do processo legislativo está reservada ao Chefe do Poder Executivo, sob pena de vício de constitucionalidade formal.

Além disso, há também dispositivos que assinam prazo para o Presidente da República exercer o poder regulamentar, que lhe é privativamente atribuído pelo art. 84, IV, *in fine*, da Constituição Federal.

Nessa esteira, é também remansosa a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que é constitucional a disposição legal que fixa prazo para o Poder Executivo exercer atribuição que o texto constitucional lhe outorga de modo exclusivo, sob pena de vício de constitucionalidade material.

Contudo, entendemos que os referidos vícios de constitucionalidade foram definitivamente sanados pelo substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor. Como salientado, esse Órgão Técnico votou pela aprovação do projeto principal e de seus apensados, na forma do substitutivo apresentado.

Quanto à juridicidade, com exceção das eivas de constitucionalidade apontadas, as proposições em apreço estão em conformação com o direito, não discrepando dos princípios e regras do ordenamento jurídico vigente.

Finalmente, no que concerne à técnica legislativa empregada, tanto o projeto principal quanto o substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor parecem conformar-se com as prescrições da Lei Complementar nº 98, de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, não havendo, assim, reparos a fazer nesse particular.

No entanto, muitas das proposições apensadas, apresentam erros de técnica legislativa, como a omissão das iniciais “NR”, entre parênteses, ao final dos dispositivos acrescidos ou alterados, e a instituição de cláusulas de revogação genérica.

Contudo, analogamente ao que ocorreu com os vícios de inconstitucionalidades aludidos, eventuais ofensas constantes dos textos das proposições apensadas às normas da Lei Complementar nº 98, de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, foram definitivamente sanadas pelo substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Pelas precedentes razões, manifestamos nosso voto da seguinte maneira:

a) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.213, de 2000, principal;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor;

c) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nºs 4.003, de 2001; 4.027, de 2001; 4.032 de 2001; 4.069, de 2001; 4.239, de 2001; 4.272, de 2001; 4.444, de 2001; 4.638, de 2001; 4.779, de 2001; 5.415, de 2001; 6.293, de 2002; 6.375, de 2002; 6.532, de 2002; 272, de 2003; 642, de 2003; 1.177, de 2003; 2.767, de 2003; 3.400, de 2004; 3.830, de 2004; 4.312, de 2004; 4.434, de 2004; 4.756, de 2005; 4.861, de 2005; 5.515, de 2005; de 5.523, de 2005; 1.339, de 2007; 1.766, de 2007; 4.333, de 2008; 5991, de 2009; 6.168, de 2009; 6.701, de 2009; 7.120, de 2010; 7.302, de 2010, 180, de 2011; e 231 de 2011, apensados, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Sala da Comissão, em 06 de abril de 2011.

Deputado CHICO LOPES
Relator